

O IPG , Instituto Presidente João Goulart) vêm, através de esta, comunicar aos seus leitores, amigos e colaboradores, a enorme satisfação de haver sido convidado pelo governo da República Islâmica do Irã, para participar como convidado da primeira Conferência Internacional Contra o Terrorismo e pela Paz Mundial , realizada em Teerã, nos dias 26 e 27, onde participaram mais de 60 nações.

Lamentavelmente, o Brasil se omitiu de designar uma delegação, de forma a estar representado oficialmente nesta conferência.

Como convidados não poderíamos de deixar de registrar uma mensagem nos anais daquela Conferência aos países ali representados, o que significou esse convite para nós, assim como o que o nosso Instituto, que tem como patrono e Presidente João Goulart que lutou e morreu no exílio, vê essa iniciativa dos povos persas neste momento de tantos conflitos mundiais.

A seguir a íntegra da mensagem deixada pelo Sr. João Vicente Goulart em nome do IPG, Instituto Presidente João Goulart nos anais daquela Conferência.

"Contra o terrorismo e pela paz mundial"

Mensagem do Instituto Presidente João Goulart.
(Para registro nos anais da conferência)

Senhoras e Senhores participantes deste evento:

É uma honra deixar a vocês esta mensagem nos anais desta conferência sobre política internacional e assim poder homenagear a memória de meu pai, João Goulart, um dos presidentes brasileiros afastados do poder por um Golpe de Estado patrocinado pelos Estados Unidos.

Um golpe de Estado que derrubou uma vibrante democracia e manteve o Brasil sob Terrorismo de Estado por duas décadas.

Agradeço a oportunidade ao povo do Irã, aos seus dirigentes aqui representados pelo presidente Ahjmadinejad e aos mentores deste evento pela oportunidade.

O Brasil viveu 20 anos com o uso da tortura, do assassinato, do sequestro, das perseguições, do exílio, das prisões, da censura, da tirania e tantos outros malefícios implantados em muitos países da América Latina como consequência da política hegemônica de intervenção dos Estados Unidos desenvolvida depois da segunda guerra mundial.

Assim como aconteceu aqui no Irã em 1953, em que se derrubou a democracia e se instalou o regime autoritário do Xá Reza Phaleví, a partir da década de 50, a maioria dos países latino-americanos sofreu um golpe de Estado, patrocinado do exterior, que violou sua soberania, derrubou a democracia e impôs um regime à feição dos Estados Unidos.

O auge da intervenção norte-americana na América latina foi um 11 de setembro esquecido nos livros de História. 11 de setembro de 1973, data em que o presidente do Chile, Salvador Allende, foi derrubado do poder por um golpe militar supervisionado Henry Kissinger, Secretário de Estado norte-americano.

Curzio Malaparte, quando escreveu, nos anos 30, o livro "Técnica del colpo di Stato", ressaltou que "il problema della conquista e della difesa dello Stato moderno non è un problema politico, ma tecnico".

-

A técnica do golpe de Estado se modificou, no curso dos séculos, e se desenvolveu e ganhou maior dimensão, ao ser ampla e sistematicamente utilizada pelos Estados Unidos, como instrumento de política exterior e ingerência nos assuntos internos de outros países, desde a criação da Central Intelligence Agency (CIA), em 1947, durante o governo do presidente Harry Truman (1945-1953).

Enquanto se desenrolava essa política externa pelos Estados Unidos, as operações secretas eram de modo geral mantidas em sigilo, fora da esfera do conhecimento do povo norte-americano. A exceção, obviamente, ocorria quando as coisas não davam certas, como na Baía dos Porcos.

A CIA, sucessora do Office of Strategic Services (OSS), promoveu vários tipos de operações de guerra psicológica e paramilitares, que jamais deveriam ser a ela atribuídas ou ao governo dos Estados Unidos e sim a outras pessoas ou organizações. Um ex-agente da CIA, Philip Agee descreveu no seu livro as diversas técnicas utilizadas para intervir na soberania.

Essas operações quase sempre significaram uma violação da soberania, pois objetivam a influenciar, por meios encobertos, os assuntos internos de outro país, com o qual os Estados Unidos mantêm relações diplomáticas normais, e a técnica consiste essencialmente na “penetration”, buscando aliados desejosos de colaborar com a CIA.

Daí que a regra mais importante na sua execução da técnica do golpe de Estado é a possibilidade de “plausible denial”, isto é, negar convincentemente a responsabilidade e a cumplicidade dos Estados Unidos com o golpe de Estado, ou outra operação, uma vez que, se fosse descoberto seu patrocínio, as conseqüências no campo diplomático seriam graves.

É importante ressaltar que a revolução que tornou os Estados Unidos, um país independente da Inglaterra tinha por bandeira a defesa do Estado de Direito, ou seja, todos os atos do governo deveriam respeitar o princípio da legalidade.

A lei norte-americana que criou a CIA não tinha nenhum dispositivo específico sobre operações políticas clandestinas, então o Conselho de Segurança Nacional norte-americano, depois do escândalo dos acontecimentos na Tchecoslováquia e na Itália – aprovou uma resolução, no verão de 1948, autorizando tais operações especiais que continham duas importantes diretrizes:

1º - As operações deviam ser secretas.

2º- Deveriam permitir que o governo pudesse negar, com foros de plausibilidade, sua participação nas mesmas.

Esta guerra oculta ou fechada foi efetivada, muitas vezes, por agentes da CIA, inseridos na Embaixada Americana como diplomatas, ou homens de negócios, estudantes ou aposentados, enquanto as operações paramilitares consistiam na infiltração em áreas proibidas, sabotagem, guerra econômica, apoio aéreo e marítimo, financiamentos de candidatos nas eleições, suborno, assassinatos (executive actions), treinamento e manutenção de pequenos exércitos (covert actions).

Essas operações secretas tipificam a técnica do golpe de Estado, que a CIA desenvolveu e aplicou no Brasil e em diversos países da América Latina, nos anos 60 e 70 do século XX, radicalizando, artificialmente, as lutas sociais, até ao ponto de provocar o desequilíbrio político e desestabilizar governos pela técnica da guerra de exaustão (spoling actions), que não se submetiam às diretrizes estratégicas dos Estados Unidos

Estas operações políticas da CIA foram responsáveis por “coups”, que obedeceram ao mesmo padrão no Irã, em 1953, no Sudão, em 1958 e em toda a América latina. A tentativa de golpe militar de 1954 no Brasil foi frustrada pelo ato de suicídio do presidente Getúlio Vargas que teve seu governo sabotado por esta técnica.

Os agentes da CIA e seus mercenários nativos, encarregados de promover “hidden World War Three” executaram no Brasil, desde 1961, as mais variadas modalidades de “covert action” e “spoiling action”, agravando a crise interna e induzindo, artificialmente, o conflito político interno à radicalização, muito além dos próprios impulsos intrínsecos das lutas sociais, das quais a comunidade empresarial norte-americana participava como significativo segmento de suas classes dominantes.

Em 1961, o Brasil deu um grande passo para o seu desenvolvimento assinando um acordo de cooperação econômica com a China. Um acordo que transformaria o Brasil numa das maiores potências econômicas do mundo, porque foi o primeiro país a reatar relações diplomáticas com a União Soviética e estava reatando as mesmas, com a China de Mao Tsé Tung.

O negócio da China não aconteceu. O presidente Jânio Quadros teve que renunciar devido às “forças ocultas” e uma junta militar assumiu o governo do Brasil. Mas o Golpe Militar programado

para 1961 deu errado porque a população brasileira deu um dos maiores exemplos de resistência cívica da história republicana moderna, paralisando o país em defesa da legalidade e da Constituição, movimento este, da Legalidade, que levou meu pai, João Goulart, a cadeira de presidente do Brasil.

Meu pai, apesar de jovem, era um político experiente, havia presidido o senado brasileiro por cinco anos e ocupado a vice-presidência do governo de 1955 a 1960, pelo voto direto. Quando assumiu, reuniu os homens mais notáveis do país e este ministério formulou uma agenda de interesses nacionais, criou um projeto para o desenvolvimento do Brasil.

O governo de João Goulart defendeu os princípios da independência e a autodeterminação dos povos no seio da comunidade de países latino americanos, que se opôs formalmente a invasão de Cuba pelos norte-americanos.

O presidente John F. Kennedy condenava, formalmente, os golpes de Estado e no discurso defendia a democracia representativa como forma de evitar revoluções e combater o comunismo, mas os Estados Unidos sob seu governo trataram de enfraquecer e derrubar o governo do presidente João Goulart, não apenas por causa de algumas nacionalizações, mas, sobretudo, com o objetivo de modificar a política externa do Brasil, que defendeu os princípios de autodeterminação dos povos e se opôs à intervenção armada norte-americana em Cuba.

Em 11 de dezembro de 1962, Kennedy reuniu o Conselho de Segurança Nacional para examinar a “ameaça comunista” no Brasil e a crise do seu balanço de pagamentos. Decidiu-se que os Estados Unidos suspenderiam totalmente qualquer financiamento ao Governo Goulart, nada fazendo, como prorrogação de vencimentos, para aliviar as dificuldades de suas contas externas, e só destinando recursos aos Estados (províncias), depois denominados “ilhas de sanidade administrativa”, cujos governadores eram militantes anticomunistas.

Esta técnica de usar lideranças da oposição política interna contra a soberania do governo soberano foi usada recentemente contra o governo boliviano de Evo Morales, com financiamento dos governadores das províncias que faziam oposição ao Governo e ameaçavam o país de separatismo! No dia seguinte a reunião do Conselho de Segurança, ao falar a imprensa, Kennedy referiu-se duramente à situação do Brasil, declarando que uma inflação de 5% ao mês anulava a ajuda norte-americana e aumentava a instabilidade política.

Segundo Kennedy, uma inflação no ritmo de 50% ao ano não tinha precedentes e os Estados Unidos nada podiam fazer para beneficiar o povo brasileiro, enquanto a situação monetária e fiscal dentro do país fosse tão instável.

Assim, publicamente, proclamou que o Brasil estava em bancarrota e, ao receber em audiência, no dia 13, o senador Juscelino Kubitschek, ex-presidente do Brasil, prognosticou que, não importando o que os EUA fizessem, a situação do Brasil devia deteriorar-se...

A situação interna do Brasil se deteriorou por força de “covers actions” promovidas pelos Estados Unidos. De janeiro de 1962 a 1964, foram produzidos 200 filmes de propaganda pró-golpe militar, um filme a cada três dias. Os norte-americanos financiaram através do IBADE e IPE's, a eleição de 170 parlamentares brasileiros que vieram a compor o Congresso Nacional que apoiou o golpe. Existem documentos que comprovam que 85% das redações de jornais brasileiros passaram a trabalhar para a propaganda pró-golpe militar.

O golpe de Estado, que derrubou em 1964 o presidente João Goulart, tipificou o conjunto das operações que a CIA desenvolveu e aprimorou, e com tais procedimentos ela conseguiu desestabilizar o governo e permitir a sublevação dos militares, a pretexto de restaurar a ordem e evitar o comunismo.

A finalidade do golpe era promover uma guerra civil sangrenta planejada para dividir o Brasil! Dividir nosso território! João Goulart sabia que por detrás do golpe militar de 01 de abril de 1964 estava a maior potência militar do planeta e que não havia vitória pelo caminho das armas contra o Império da Força...

Jango quis evitar que as dívidas de sangue dividissem a nação brasileira tornando impossível uma reconciliação democrática! Dívidas de sangue, que dividem muitos países do oriente, dificultam a recuperação da soberania, após as constantes intervenções norte-americanas.

João Goulart preservou o Brasil de duas guerras civis planejadas para dividir a nação, tal como muitos conflitos internos dividem até hoje outros países no mundo. Em 1961, para garantir a governabilidade, João Goulart aceitou a mudança para o parlamentarismo que nos fez perder o

acordo com a China. O maior negócio da humanidade! Em 1964, apesar de ter o apoio de 80% da população brasileira, da constituição democrática e da maioria dos militares, renunciou a resistência pelas armas, atrapalhando a estratégia norte-americana de implantar uma guerra civil no Brasil.

Infelizmente, o golpe de 01 de abril de 1964 deixou algumas dívidas de sangue; grupos de policiais, grupos de paramilitares e militares brasileiros, orientados pela CIA, fizeram uso da tortura e do terror, assim promovendo um novo holocausto durante a guerra fria nessa época, assim como os norte-americanos enviaram o agente Dan Mitrione ao Brasil para ensinar técnicas de tortura.

A ditadura brasileira promoveu um holocausto seletivo que fulminou a resistência, a dignidade, a saúde e a humanidade da cidadania brasileira. A pátria foi traída e ultrajada e hoje estes torturadores dizem que cometiam seus abusos em defesa da nossa soberania! Ninguém cometeu tortura para defender o Brasil. A ditadura militar foi um produto de uma intervenção estrangeira que violou a soberania nacional para promover interesses externos: ou seja, a expansão do domínio econômico e cultural do Brasil pelos Estados Unidos.

A verdade é que, tortura e outros crimes desta cooperativa do Terror, foram cometidos para proteger uma traição, um encobrimento, e devem ser vistos como um terrorismo de Estado.

Desde o ano de 2004, as provas desta violação da soberania brasileira são oficiais e está comprovada pela desclassificação dos documentos secretos do golpe pelo Departamento de Estado norte-americano

Os norte-americanos violaram a própria constituição que prevê que um Tratado Internacional tem força de cláusula constitucional depois de ratificado pelo senado federal daquele país. Os Estados Unidos violaram a Carta da Organização dos Estados Americanos.

A Carta da OEA, explicitamente, proíbe a intervenção direta ou indireta, da Ordem jurídica interna de outro país aliado americano, consagrando no direito internacional o princípio da independência e da autodeterminação dos povos!

A sabotagem de uma sociedade ao patrocinar e promover à traição, a corrupção, a insegurança pública, a miséria, a violência, a ineficiência do Estado, a quebra da autoridade moral, a ignorância e, a desinformação, é terrorismo de Estado.

O patrocínio de um regime de governo com alicerce no uso da tortura, do assassinato, do sequestro, das perseguições, do exílio, das prisões, da censura, da tirania e tantos outros malefícios implantados em muitos países da América Latina como parte da política hegemônica dos Estados Unidos, é terrorismo de Estado.

Na década de 1970, os Estados Unidos promoveram a maior operação de assassinatos seletivos da História humana. Todos os líderes democratas latino-americanos que poderiam reconduzir seus países a uma política soberana de desenvolvimento nacionalista foram assassinados. Cada país latino americano teve sua parcela de mártires e João Goulart encontra-se entre as vítimas da política de eliminação destes líderes independentes e experientes.

Esta operação aconteceu, porque as ditaduras militares patrocinadas pelos Estados Unidos começaram a adotar políticas nacionalistas e, portanto, tiveram de ser substituídas por democracias que os norte-americanos podiam manipular. Os militares que eles converteram a sua doutrina e treinaram, começaram a ser acusados de torturadores e etc. de um momento para o outro deixaram de ser os heróis que combatiam o comunismo para se transformar em vilões e tiranos. Vocês conhecem exemplos recentes de ditadores plantados e financiados pelos Estados Unidos que depois de perderem a utilidade, foram alijados do poder.

A verdade é, o Brasil ainda não se recuperou de décadas de sabotagem sistemática que ainda acontece nos bastidores. Muitas sabotagens deste terrorismo de Estado levaram décadas para serem corrigidas.

As torturas praticadas em Guantánamo, ou em Bagdá, são uma pequena amostra da política de terrorismo de Estado que mudou a feição de muitas democracias na América latina e no mundo calando a independência, o diálogo e ferindo o processo de amadurecimento democrático.

Podemos duvidar da maturidade de qualquer democracia no mundo, afinal 24 países europeus permitiram os voos noturnos da CIA levando prisioneiros para Guantánamo, demonstrando que os Estados Unidos exercem um poder hegemônico, inclusive sobre este continente.

A lição que meu pai, João Goulart, deixou, é que o império da força não deve ser combatido pelas armas. A resistência de Cuba na defesa de sua soberania é admirável, mas devemos aprender com os erros que ali foram praticados, pois o império da Força precisa ser combatido pelo Império da Lei, da legalidade, pela resistência civil, pela informação, pela educação, pelo diálogo e pela conscientização política.

O Brasil não se deixou entregar a uma guerra civil sangrenta. João Goulart não deixou que se fizessem dívidas de sangue entre os brasileiros, mas ainda hoje estamos buscando o resgate de nossa soberania integral que só irá se consolidar com a conscientização e educação política da população.

É preciso entender que a defesa da própria democracia pode ser uma estratégia de intervenção, tal como aconteceu na América latina, quando o processo democrático ficou carente de líderes políticos com soberania individual e nacionalista.

Os múltiplos problemas do mundo moderno, alimentação, energia, poluição, guerra nuclear, repressão ao crime organizado, ultrapassam as barreiras do Estado, impondo-lhe, desde logo, uma interdependência, de fato.

Esta universalização da legalidade precisa servir aos interesses da humanidade e não a política hegemônica de um país e seus aliados. Cada país é um organismo social que precisa resolver seus conflitos internos que enfraquece o todo. A miséria é como uma infecção, assim como, a violência, a insegurança, a intolerância, o preconceito, a corrupção, o ódio e outras questões que dividem as populações de muitos outros países.

O Terrorismo de Estado estimula estas infecções sociais comprometendo a ordem interna de outros países.

Neste sentido, a identidade de um grupo nacional – a ordem interna – ainda é soberana, cada população precisa amadurecer o diálogo social para evitar conflitos que muitas vezes servem a interesses externos.

Uma guerra civil ou de fronteiras, é um mercado para a indústria belicista. É sintomático que os Estados Unidos tenham uma maior porção de sua economia voltada para fabricação de armamentos.

O Império da Força pode ser derrotado pelo Império da Lei.

O terrorismo, que mata inocentes, vem servindo para justificar guerras e intervenções na soberania de outros países. Os homens que praticam o terror contra populações civis e inocentes acabam servindo aos interesses da indústria belicista e à política hegemônica que domina o mundo e patrocina o Terror de Estado que promove guerras civis. Dívidas de sangue são criadas dentro do seio de uma mesma comunidade e conflitos eternos são semeados para dividir a população.

Para defender a soberania que tem por base o livre arbítrio e o direito de escolha individual, é preciso combater a propaganda, a ignorância e a desinformação. Neste sentido, só podemos aplaudir a iniciativa do governo venezuelano de alfabetizar e ensinar o conteúdo de sua constituição.

É preciso acreditar que podemos desenvolver uma estratégia saudável pelo diálogo, em cada comunidade e em cada país, dentro da Legalidade para mudar o nosso mundo sem ceder à política e aos interesses hegemônicos, nem tão pouco, aos interesses totalitários advindos dos impérios remanescentes. Cada povo tem o destino que lhe é imposto pela própria vontade. Vemos aqui o quanto o Islã procura a paz diante do entendimento.

Acreditamos que a melhor maneira de combater o Terrorismo de Estado, realizar a defesa da soberania individual e coletiva, precisa obedecer aos princípios consagrados pela política de Estado de João Goulart: Resistência Pacífica, Legalidade, Diálogo, Democracia e Justiça Social!

João Vicente Goulart, Head of President João Goulart Institute.